**EDUCAÇÃO: MODELO INCLUSIVO E COMPENSATÓRIO DE ENSINO.**

Vanderléia Ferreira Bezerra¹

 Sybelle de Sousa Pereira²

**RESUMO:**

O objetivo do presente artigo foi investigar os principais aspectos da educação de jovens e adultos. Inicialmente, buscamos compreender através de bibliografias a definição do processo educacional e principalmente a importância em oferecer um ensino inclusivo para os participantes envolvidos, Logo, a partir deste estudo, compreendemos a necessidade de ofertar um ensino que proporcione a participação e a compensação no modelo EJA.

**Palavras Chaves:** Educação; Ensino; Inclusivo; compensatório.

**RESUMEN:**

El objetivo de este trabajo fue investigar los principales aspectos de la educación de adultos. Inicialmente, hemos tratado de entender a través de bibliografías la definición del proceso educativo y sobre todo la importancia de proporcionar una educación inclusiva para los participantes involucrados Por lo tanto, a partir de este estudio, entendemos la necesidad de ofrecer una educación que ofrece la participación y compensación en el modelo EJA.
**Palabras clave:** Educación; la educación; inclusive; compensatorio.

¹ Vanderléia Ferreira Bezerra; prof. Esp. Educação Especial e Psicomotricidade- São Luís

² Sybelle de Sousa Pereira; prof. Esp.Educação Infanitl-AJES

Este estudo tem como objetivo descrever as principais formas e métodos de ensino centrado na Educação de Jovens e Adultos, buscando compreender o processo de aprendizagem dos envolvidos. De acordo com o artigo 37 da Lei nº 9394/96, “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

Deste modo, esse modelo de ensino visa efetivamente proporcionar um ensino formador de caráter compensatório e inclusivo as pessoas que não participaram do processo ensino aprendizagem na idade inicial. Ainda de acordo com o artigo 37, § 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (LDBEN, 1996,).

Compreende-se a partir deste inciso, que a modalidade deverá possibilitar a reinserção dos estudantes dentro do âmbito escolar, assim, fortalecendo seus laços com o processo ensino-aprendizagem, sem descartar a realidade e as condições de vida dos alunos. Portanto, o fundamental na educação de jovens e adultos se configura como a oportunidade de se reestabelecer o acesso ao conhecimento desse público, que por inúmeros fatores tiveram que abandonar a escola, e/ou nem tiveram a possibilidade de frequenta-la.

Outro ponto importante na EJA refere-se à inclusão no meio educacional desse público, assim, cabe à instituição escolar oferecer meios para facilitar e colaborar com uma educação inclusiva dos jovens e adultos que estão inseridos na busca pelo saber. Sobre a inclusão, Rodrigues acrescenta:

[...] o conceito de inclusão no âmbito especifico da educação implica inicialmente em rejeitar a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de educação inclusiva deve desenvolver práticas que valorizem a participação de cada aluno. (RODRIGUES, 2006, p. 302).

Neste sentido, a equipe gestora juntamente com o corpo docente da organização escolar precisará obrigatoriamente desenvolver metodologias que envolvam e que ofereçam subsídios motivacionais para os participantes. De acordo com o MEC (2005, p.10) “a educação inclusiva considera a diversidade como uma oportunidade para enriquecer os processos de aprendizagem, contribuindo assim para o melhoramento da qualidade da educação”.

Todavia, compreendemos que há inúmeras dificuldades que poderão emergir neste processo, como por exemplo, a resistência do aluno em participar e, se incluir como um componente importante na busca do conhecimento. Desta maneira, a reinserção e/ou inclusão dos jovens e adultos poderá gerar aspectos preocupantes no momento do aprender. Na Pedagogia do Oprimido, Freire (1987, p.28) diz que:

[...] de tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua “incapacidade”. Falam de si como os que não sabem e do “doutor” como o que sabe e a quem devem escutar.

Diante desse sentimento de incapacidade, por vezes, o aluno do EJA termina por evadir-se da comunidade escolar, os motivos para tal atitude pode estar refletida em suas dificuldades no processo do aprender, ou por vezes, pela dificuldade da equipe escolar em ofertar um ensino motivacional intríseco, ensino que promova as habilidades necessárias para os alunos através de métodos participativos e inclusivos. De acordo com a autora Bianchi (2011, p.19)

A motivação intrínseca se configura como uma tendência natural do aluno para buscar novidades e desafios, é uma orientação motivacional que tem por características a autonomia dos alunos e a auto-regulação de sua aprendizagem.

Ou seja, o papel do profissional educador é fortalecer o interesse do aluno pela aprendizagem e principalmente torna-lo sujeito autônomo em busca do conhecimento. Bianchi (2011) ainda afirma que se torna extremamente importante trabalhar com a realidade na qual o aluno se apresenta deste modo, o profissional que se encontra responsável pelos alunos, deverá além de preocupar-se com os conteúdos e formação, proporcionar uma relação reforçadora, com o propósito de encontrar meios para modificar a realidade já imposta pelo contexto de cada participante. Neste contexto, a relação aluno-professor possui caráter de extrema importância na busca pelo conhecimento, na qual ambos irão obter aproveito nesta relação. De acordo com Libâneo (1994, p. 249).

A interação professor-alunos é um aspecto fundamental da organização da situação didática, tendo em vista alcançar os objetivos do processo de ensino: a transmissão e assimilação dos conhecimentos, hábitos e habilidades. Entretanto, esse não é o único fator determinante da organização do ensino, razão pela qual ele precisa ser estudado em conjunto com outros fatores, principalmente e a forma de aula (atividade individual, atividade coletiva. atividade em pequenos grupos, atividade fora da classe etc.).

Embora sabemos que uma relação reforçadora entre aluno-professor pode ter consequências gratificantes, é necessário que o profissional tenha consciência dos inúmeros conflitos que poderão surgir de uma relação aversiva, o convívio entre ambos se torna ameaçadores quando compartilham de valores sociais, classes, objetivos e saberes diferentes. Neste sentido, torna-se imprescindível que o profissional compartilhe suas experiências e que insira a realidade do outro em suas metodologias de ensino, buscando aprimorar o dialogo, excluindo as dificuldades e subsequente promovendo uma relação que produza resultados satisfatórios entre os envolvidos.

O professor não apenas transmite uma informação ou faz perguntas, mas também ouve os alunos. Deve dar-lhes atenção e cuidar para que aprendam a expressar-se, a expor opiniões e dar respostas. O trabalho docente nunca é unidirecional. As respostas e opiniões mostram como eles estão reagindo à atuação do professor, às dificuldades que encontram na assimilação dos conhecimentos. Servem, também, para diagnosticar as causas que dão origem a essas dificuldades. (LIBÂNEO, 1994, p. 250).

Diante da realidade do nosso sistema educacional, a educação de jovens e adultos historicamente sempre perpetuou como uma segunda chance da sociedade para o povo que não teve a possibilidade de estudar, e por vezes ofertando um ensino sem pretensões de formar cidadãos críticos e políticos.

Uma concepção que nasce da relação entre conquistador e conquistado/ índio/escravo, e perdura em muitos documentos oficiais que parecem tratar a EJA como um favor e não como o pagamento de uma dívida social e a institucionalização de um direito (CURY, 2000)

Neste sentido, esse modelo de ensino busca além de ofertar uma possibilidade em reparar o tempo perdido e, buscar ainda, eliminar qualquer forma de negligência por parte da unidade escolar. Diante das dificuldades em proporcionar com metodologias inclusivas o direito ao ensino eficiente e fortalecedor, muito unidades escolares possuem dificuldades em auxiliar o desbravamento dos paradigmas concretizados pela sociedade e, por vezes, acabam perdendo sua clientela.

[...] a escola muitas vezes encontra dificuldades para compreender as particularidades desse público, no qual os motivos que os levam à evasão, ainda no início da juventude, e as motivações que envolvem sua volta à sala de aula são informações preciosas para quem lida com a questão. Deixá-los escapar leva à inadequação do serviço oferecido e a um processo de exclusão que, infelizmente, não será o primeiro na vida de muitos desses alunos. (NAIF 2005, P. 402).

Diante deste fato, o trabalho com a Educação de Jovens e Adultos, requer alinhamento das necessidades específicas e intrínseca deste público, um fortalecimento transferencial da escola-professor-aluno. Somente a adequação e diferenciação de um ensino mais interativo responderá pela não evasão deste público do ambiente escolar. Logo, a educação deste público exige uma flexibilização da equipe escolar, referente às necessidades e peculariedades única desse modelo adotado.

Ao focalizar a escolaridade não realizada ou interrompida no passado, o paradigma compensatório acabou por enclausurar a escola para jovens e adultos nas rígidas referências curriculares, metodológicas, de tempo e espaço da escola de crianças e adolescentes, interpondo obstáculos à flexibilização da organização escolar necessária ao atendimento das especificidades desse grupo sociocultural (PIERRO, 2005).

Portanto, cabe à unidade escolar elaborar planos e mecanismos que fomente as capacidades subjetivas dos alunos, construindo as possibilidades de interação, trabalhando ações intelectuais, conteúdos que se adequados com a realidade dos indivíduos, visando proporcionar uma escola real.

1. **CONSIDERAÇÃO FINAL**

O retorno para a sala de aula poderá causar inúmeros anseios por parte dos estudantes, como por exemplo, a falta de tempo para dedicar-se aos estudos, ao tempo perdido longe da escola, as dificuldades oriundas de uma má alfabetização. Esses fatores poderão contribuir diretamente com a evasão desses estudantes do espaço escolar, deste modo, surgem às incertezas que acometem o profissional envolvido no ensino-aprendizagem e principalmente ocorre á aceitação do estudante diante das suas dificuldades.

Neste sentido, ambas as partes poderão vivenciar as frustrações e o sentimento de incapacidade acarretado pela evasão do sujeito. Outrora, diante do artigo apresentado, podemos evidenciar a necessidade de se ofertar uma metodologia que possibilite a inclusão do individuo e, a flexibilidade do profissional diante das demandes que possa emergir neste contexto educacional.

 **2.1 CONSIDERAÇÃO FINAL**

Através do exposto nesse estudo, compreende-se a importância de proporcionar um ensino adequado independentemente da faixa etária do indivíduo que esteja em busca do aprender, oferecendo um conhecimento compensatório com a intenção de valorizar o saber de cada membro e principalmente apropriar-se da realidade de cada um, visando ofertar o conhecimento que condiz com a realidade dos participantes.

Portanto, torna-se de responsabilidade da equipe envolvida, proporcionar aos estudantes um ensino facilitador e inclusivo, para que a partir das dificuldades emergentes o estudante consiga alcançar êxito. Compreende-se, também, que a escola necessita alinhar os objetivos referentes ao público especifico, bem como, as peculariedades de cada membro.

**REFERÊNCIAS**

BIANCHI. S.R. **A importância da Motivação na Aprendizagem no Ensino Fundamental.** Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. São Carlos- SP. 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**– LDBEN n.o 9394/96, de 20/12/1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Parecer CEB 11/2000**. In: SOARES, Leôncio. Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro, 2002.

Ensaios pedagógicos **- construindo escolas inclusivas** : 1. ed. Brasília :MEC, SEESP, 2005.

FRANZI, J. **Aprendizagem Dialógica na Educação de Pessoas Jovens e Adultas: Entrelaçando Experiência e Educação.** In: 33ª. Reunião Anual da ANPED, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora,1994.

PIERRO, Maria Clara Di.**Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil**.Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial -Out. 2005 1135. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em 02.09.2010.

RODRIGUES, D. **Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva**. In: (2006) David Rodrigues (Org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva**, São Paulo. Summus Editorial, 2006, p.1-16.